

AULA 1

TEXTO OBRIGATÓRIO

Introdução

"Os fatos sociais consistem em representações" mas "é preciso tratar os fatos sociais como coisas": belo paradoxo formulado por Émile Durkheim, ao mesmo tempo o fundador na França da sociologia como disciplina universitária e seu primeiro autor, já em 1895 com *As regras do método sociológico!* E bem-vinda introdução a uma obra que apresentará outras.

A INVENÇÃO DO MÉTODO

As escolas e as correntes de pensamento da sociologia são divididas e concorrentes, às vezes de maneira veemente. Mas essa concorrência é estruturada por uma comum referência às ciências ocidentais que, já no século XIX, a ela preexistiam, levando-a a reconhecer sua legitimidade (ciências da vida e da natureza, a matemática também...). A sociologia teve então de transformar uma herança alimentada de filosofia, de história, de psicologia e de pesquisas sociais. O tratamento estatístico e os empréstimos de procedimentos advindos das ciências experimentais marcaram o que ela não tardou a designar como seus métodos. Ao recomendar que

Emberka, Jean Claude. *O método em Sociologia*. São Paulo: Editora Koyuki, 2004. pp. 7-20

se tratassem "como coisas" esses "fatos sociais" que "constituem em representações", Durkheim indica o princípio desses empréstimos. Trata-se de aproximar os métodos da sociologia dos métodos das ciências exatas para fundar cientificamente socialmente seu direito à diferença.

As transferências de procedimentos de tipo experimental caracterizaram de modo duradouro a disciplina: é preciso definir, enunciar as hipóteses, aplicar os protocolos de experimentação, constatar, concluir. Alguns "conceitos-ferramenta" — tais como função, estrutura ou campo — balizam um processo contínuo de empréstimos analógicos aclimatados ao que se denominou, em certa época, a "física social": uma certa quantidade de grades de análise e de guias para a síntese. No tratamento do "grande número" (uma "matemática social" foi, desde o século XVIII, aplicada à análise de estatísticas públicas ou privadas, e depois à produção de pesquisas mediante questionários), a sociologia se armou de "ferramentas estatísticas" com sucesso suficiente para que se desenvolvesse uma sociologia dita quantitativa que reivindicava uma cientificidade superior à dos outros setores da disciplina.

Na medida em que a importação de conceitos-ferramenta suscitou precauções contra os riscos de transferências analógicas descontroladas — a função de uma instituição é analisável como a função de um órgão em um organismo?, a "causalidade" das ciências da natureza é da mesma ordem da das ciências da sociedade? —, na mesma medida as estatísticas foram de imediato consideradas ferramentas de reconhecimento legítimas, transferíveis sem nenhum problema: a matemática seria uma ciência "pura" e suas aplicações estatísticas seriam epistemologicamente "neutras". Um dos obje-

tivos deste livro é recordar que elas são grades de leitura tanto quanto as grades conceituais e, por esse motivo, devem ser submetidas a uma análise crítica de suas implicações.

MÉTODOS, CIÊNCIAS E CAUSALIDADES

Esse lembrete é tanto mais necessário na medida em que os instrumentos estatísticos tendem a ocupar de forma estrutural o pólo da cientificidade pura num campo que foi e continua a ser em grande parte polarizado por concorrências que envolvem opções e problemas de filosofia social. Ora, é em torno da noção de causalidade, fortemente vinculada aos métodos e problemas da cientificidade, que se iniciam essas disputas. Trata-se na maioria das vezes de laços localizáveis entre certos métodos e a maior ou menor "liberdade" reconhecida ou negada aos "agentes" ou "atores sociais", aos "indivíduos". A questão é de fato a da causalidade: de forma simplificada, diremos que ela opõe os defensores dos "determinismos sociais" e os do "livre-arbítrio", aqueles cujos esquemas de causalidade se referem às ciências mais "naturais" e os que se apóiam nos postulados da economia liberal. De maneira bastante global, do século XIX até hoje, viram-se desaparecer, nas ciências da natureza ou da vida, os esquemas de causalidade mais "mecanicamente" deterministas, os menos probabilistas; também nas ciências econômicas e sociais, a atenção se deslocou para o estudo das determinações complexas de situações específicas. O que resta é que a evolução da sociologia se construiu em grande parte sobre o aprofundamento das relações de interdependência entre o "indivíduo" e seu "contexto".

A covariação: princípio necessário não suficiente

Do estrito ponto de vista do método, a sociologia encontrou na covariação, ou variação concomitante, um dos fundamentos mais explícitos de suas imputações. Durkheim [1895]¹ já postulava como princípio necessário à administração da prova. Mas não se pode mantê-la por si só como prova suficiente.

Grande realizador de pesquisas estatísticas, Paul Lazarsfeld [Boudon & Lazarsfeld, 1966] ilustrava sua força e suas fraquezas dando o exemplo de uma comparação estatística entre o número de ninhos de cegonhas recenseados nas diferentes aglomerações de uma mesma região e o número de crianças recém-nascidas. A covariação é manifesta: quanto mais numerosos os ninhos, tanto mais elevado o número de nascimentos. Seriam as cegonhas uma "causa" da natalidade?

A covariação, mesmo fortemente atestada em termos estatísticos, orienta a busca das causas (o que Max Weber [1904] denomina a imputação causal), mas não é suficiente para fundá-la.

O antes "determina" o depois

A sociologia torna seu este postulado das ciências ocidentais: é à história (curta ou longa), às "gêneses", às "trajetórias" ou "produções sociais" passadas que ela pede o esclarecimento do estado seguinte das coisas. Esse caminho da imputação

1. As referências remetem à bibliografia no final da obra.

é constitutivo da disciplina. Com o apoio e o aval de outras ciências do homem, a sociologia procede também à sua aparente reversão. Com o nome de "causalidade do provável", Pierre Bourdieu [1976] recordou que por meio das representações que dele se têm, o futuro provável deve ser disposto entre os determinantes da ação. É também em razão do estado presente das representações que foi elaborada a teoria da self fulfilling prophecy [Merton, 1949], representação do futuro que contribui para seu advento. Os sociólogos são unânimes em enfatizar a influência das experiências passadas sobre as representações do provável, do desejável e do possível, sobre as categorias da percepção e da ação e sobre as próprias modalidades da improvisação e da inovação (cf. a noção de *habitus*, Weber; Bourdieu [1976]).

O elemento "determinado" pelo conjunto

• A relação de tipo funcional — A noção de função foi importada da biologia, notadamente por Durkheim [1895]. Tal como os órgãos no organismo, os indivíduos e as instituições cumprem na sociedade funções irredutíveis às causas ("circunstâncias") históricas de seu aparecimento; elas são analisadas por referência à sua contribuição para o funcionamento do conjunto, do todo, diz-se às vezes, qualificando-se de "holística" essa busca de sentido: qual a função do direito numa sociedade? A da escola numa organização social capitalista?... As mais importantes pesquisas de tipo funcionalista vincularam-se todavia a uma análise diferencial das funções, e a evolução da sociologia suscitou o enfraquecimento dos fun-

cionalismos mais globalizantes em benefício de análises mais localizadas que relacionam subconjuntos e conjuntos específicos. Merton [1949] funda sua análise nos limites do poder das instituições federais dos Estados Unidos diante dos poderes locais. Ora, as grandes empresas — acentua ele — precisam, sob pena de “disfuncionamento”, da estabilidade das políticas da administração: à margem das instituições oficiais, desenvolve-se assim uma “máquina política” cuja “função” primeira é exercer as pressões necessárias a essa estabilidade e à defesa de seus privilégios. Essa máquina tem uma “função” de enquadramento e de organização das atividades econômicas ilegais (prostituição, roubo...) e das “funções” locais de assistência social ou jurídica em benefício dos mais desfavorecidos, funções que lhe asseguram uma clientela eleitoral.

• A causalidade estrutural — A causalidade estrutural imputa explicitamente uma determinação do elemento pelo conjunto, do fenômeno particular por características gerais. Nessa determinação, a *homologia estrutural* desempenha um papel decisivo.

Comparando *Architecture gothique et pensée scolastique*, Panofsky [1967] analisa a homologia existente entre a articulação lógica da filosofia escolástica e a das plantas das catedrais góticas: ambas advêm de uma mesma estrutura de pensamento, manifestando a afinidade estrutural que há entre os diversos aspectos de uma totalidade histórica.

De igual modo, os elementos (grupos, classes...) devem algumas de suas características a posição que ocupam num conjunto estruturado. Disso deriva que elementos que ocupam posições homólogas no interior de dois conjuntos devem

a essa posição características comuns. Por um lado, a condição social de um grupo (condição de classe, de sexo, de idade, de trabalho...) não esgota sua análise: sua *posição* (de classe, de sexo, de idade, de trabalho...) se define em e por sua relação com os outros grupos que constituem o conjunto de referência [Bourdieu, 1984]; por outro lado, pode-se aproximar, para fins de comparação, as características de grupos situados em contextos históricos e/ou sociais diferentes mas que têm em comum o fato de aí ocupar posições formalmente homólogas: classes médias, elites, mediadores, inovadores, detentores de capital econômico e de capital cultural...

Entre as grades de análise que nestas últimas décadas marcaram a sociologia, várias derivam de uma imputação de tipo estrutural: análise das “estruturas elementares do parentesco” [Lévi-Strauss, 1958], do “modo de produção capitalista” [Louis Althusser, 1969], dos “campos de concorrência” [Bourdieu, 1979] etc.

O estruturalismo foi a ocasião de um ressurgimento do velho conflito carregado de filosofia social que opõe os defensores do “determinismo” e os do “livre-arbitrio”, ou, mais exatamente, aqueles dos “determinantes estruturais” e os do “individualismo” dito “metodológico” [Boudon, 1988], mais próximos da filosofia dos economistas liberais. A evolução da disciplina tende a destacar estruturas intermediárias: o indivíduo é analisado como produto social de causalidades múltiplas (causalidades históricas e estruturais) e como ator em situação de dispor de “margens de manobras” e “possibilidades estratégicas ou táticas” plurais; o conceito global de sociedade é substituído pela análise de uma pluralidade estruturada de “espaços sociais”, de “campos” ou de “cenas

sociais": Desse ponto de vista, há uma forte convergência entre sociólogos que propõem uma "abordagem estratégica" centrada em organizações e os "sistemas de ação" correspondentes [Michel Crozier, 1963] e outros que, como Bourdieu, enfatizam mais a estruturação dos campos: "Há tantos interesses quanto há campos, como espaços de jogo historicamente constituídos com suas instituições específicas e suas leis de funcionamento próprias [...], há tantas formas de trabalho quanto campos e é preciso saber considerar as atividades mundanas do aristocrata, ou as atividades religiosas do sacerdote ou do rabino, como formas específicas de trabalho orientadas para a conservação ou o aumento de formas específicas de capital" [1987].

• A objetividade científica em sociologia — A marca mais propriamente sociológica da relação (paradoxal) que os métodos mantêm com seus objetivos científicos e a causalidade deve sem dúvida ser buscada na noção, perfeitamente sociológica, de sociocentrismo ou etnocentrismo. O termo etnocentrismo é mais conhecido, e designa o modo pelo qual um povo (uma etnia, uma cultura, uma civilização...) vê (e, assim sendo, julga) os outros do ponto de vista de seus valores e de suas referências próprias. A palavra sociocentrismo enfatiza, como de resto certas definições recentes do etnocentrismo, que todo grupo social é abrangido pela noção.

Ao mesmo tempo que se dedicava a elaborar objetos científicos à maneira das ciências experimentais, a sociologia desenvolveu uma reflexão crítica própria sobre o sociocentrismo das representações: o dos grupos que ela estuda e o do próprio pesquisador. Atribuindo-se como objeto específico o estudo da construção social dos fenômenos, ela com efeito se

engajou na identificação das diferentes "lógicas sociais", "culturas" (no sentido de "sistemas de pensamento, de representação e de ação" segundo Claude Lévi-Strauss [1958]) ou "definições sociais" (segundo Pierre Bourdieu et al. [1968]). Na medida em que está inscrito nessas lógicas sociais, o próprio sociólogo é portador de sociocentrismos.

Costuma-se requerer um distanciamento, temporal ou cultural, para permitir sua objetivação. Uma análise retrospectiva da sociologia da educação nos Estados Unidos [Combesse, 1969] mostra, por exemplo, a que ponto ela tendia a julgar "laxistas" as práticas educativas populares quando os modelos educativos das classes médias valorizavam a obediência e o respeito; depois chegou a estigmatizar o "autoritarismo das classes populares" quando essas classes médias adotaram as pedagogias modernas "orientadas para o desenvolvimento" da criança. Sayad [1991] sublinha a propensão da sociologia das migrações a privilegiar o ponto de vista dos países de acolhida: "O imigrado só existe para a sociedade que o nomeia como tal a partir do momento em que transpõe as fronteiras e calca o seu território; o imigrado 'nasce' a partir desse dia para a sociedade que o designa desse modo. Da mesma maneira, a sociedade autoriza a ignorar tudo o que precede esse momento e esse nascimento. Eis aí outra versão do etnocentrismo..."

Não é um objetivo específico da sociologia como ciência aplicar a suas próprias produções um dos postulados que a fundam, o sociocentrismo das representações, mesmo eruditas, e objetivar os seus sociocentrismos? O método em sociologia se vê então investido de uma dupla e temível missão: objetivar a pesquisa "à maneira" das ciências experimentais e objetivar as representações inevitavelmente sociocentradas de suas próprias grades de leitura.

É a essa dupla luz que corivém examinar agora algumas regras do "bom uso dos métodos" acerca dos quais concorda a maioria dos sociólogos e que são, talvez mais do que outros, suscetíveis de estabelecer a distância crítica necessária, a resistência às "prenoções" e a tomada de consciência dos pressupostos envolvidos, de boa ou má vontade, na pesquisa.

ALGUNS PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E DE MÉTODO

Hipóteses e métodos

Uma escolha de método se inscreve numa estratégia de pesquisa. Não se pode isolar os métodos, abstrai-los, nem dos caminhos abertos pelos "interesses" do pesquisador (questões, valores, ideologias ou teorias que orientam seus objetivos) nem tampouco das características da informação acessível. Um método, guia para a rota, esclarece mas não decide a rota. Assegurar a pertinência de um método é ajustá-lo às questões formuladas e às informações acessíveis. Essa regra fundamental e muito geral é com frequência apresentada segundo um princípio um tanto ideal que enfatiza a adequação dos métodos às questões e hipóteses da pesquisa. De fato, no próprio decorrer da pesquisa descobrem-se informações ou obstáculos não previstos dos quais alguns procedem diretamente da utilização dos métodos e que suscitam uma necessária reorientação (tática ou estratégica) das questões e dos métodos. Trata-se da própria condição de uma pesquisa inovadora.

A tentação de uma pesquisa "às cegas", "só para ver", é recorrente. Com o nome de sociografia, designaram-se traba-

lhos cujo objetivo manifesto é "descrever" os fenômenos sociais observados tais como se "dão" a ver ou a entender. A sociologia, na medida em que quis distinguir-se disso, retomou e desenvolveu a crítica dirigida a todos os "empirismos" e a todos os "realismos": não há nenhuma descrição que não envolva um ponto de vista, toda representação é uma construção [Bachelard, 1934]. Explicitar as representações, as questões, as hipóteses e sua articulação (problemática) é um dos caminhos da objetivação na medida em que se torna então possível tomá-las elas mesmas como objeto de análise crítica. Esse caminho se abre desde o começo da pesquisa e durante todo o seu desenrolar, que, necessariamente, as faz evoluir.

Dois princípios de comparação interna

• O objeto plural — A primeira regra, depois da explicitação das hipóteses, é a da comparação sistemática, comparação que deve ser interna ao objeto de pesquisa e supõe subdividi-lo numa pluralidade de subobjetos. Ela permite prolongar, no interior da pesquisa, a exigência de explicitação das hipóteses ao especificar sob que relações diferem ou se assemelham os grupos destacados para a comparação. Ela permite também reforçar o efeito de demonstração, a validação da prova, visto que todos os grupos submetidos à comparação são postos sob o olhar do pesquisador. Sem dúvida, ao contrário das ciências experimentais da natureza, a sociologia dificilmente pode construir comparações entre um grupo testemunha e um grupo experimental em que, "todas as coisas sendo de resto iguais", um "fator" de mudança

possa ser claramente isolado. Mas ela dispõe de outras facilidades para reforçar a validade de suas comparações.

• A pluralidade dos métodos — A sociologia, como estudo do "próximo" (proximidade histórica e cultural, familiaridade de das relações sociais e humanas...), permite alguns dispositivos de observação mais diversificados do que outras disciplinas das ciências sociais (e nisso ela pode estar mais bem aparelhada que certas ciências da natureza). Ora, a cada método corresponde um modo de apreensão, portanto de constituição, do objeto. Diversificar os métodos é cruzar esclarecimentos, criar as condições de uma estereoscopia por sobreposição de imagens produzidas a partir de pontos de vista diferentes, diversificar os objetos; é ao mesmo tempo multiplicar as informações e reforçar as possibilidades de comparação e de objetivação, sendo esses benefícios tanto mais bem assegurados na medida em que cada método é desenvolvido e aprofundado na lógica que lhe é específica.

Explorar, verificar

• Uma evolução — Desenvolver cada método segundo sua lógica específica é ajustar seu lugar no desenrolar de uma pesquisa. Toda pesquisa sociológica, partindo das representações sociais preexistentes ("prenoções", de acordo com Durkheim [1895], "relação com os valores", segundo Max Weber [1904], "ideologias dominantes", nas palavras de Karl Marx [1939], mas também, segundo Thomas Kuhn [1962], "paradigmas" que estruturam as problematizações científicas...), se inscreve numa tensão entre um pólo da descoberta ("dedicar-se a descobrir o

novo" [Durkheim, 1895]) e um pólo da verificação. ("comparar com a realidade" [Weber, 1904], "administração da prova" [Durkheim, 1895]).

O esquema geral de uma pesquisa sociológica procede de uma fase inicial mais exploratória a uma etapa final de verificação (mesmo que provisória). Algumas pesquisas são mais exploratórias; outras requerem controle; às vezes, o sociólogo se encontra, ao começar, desprovido de informações ou de hipóteses e se atribui como objetivo produzir um corpo provisório de informações e de hipóteses a serem testadas ulteriormente; em outros casos, em terreno mais bem conhecido, trata-se sobretudo de confirmar e de verificar. Mas há sempre um movimento que vai da exploração à verificação.

Ora, alguns métodos têm um potencial exploratório mais manifesto, ajustado à descoberta e à coleta das informações, e que deve ser desenvolvido nesse sentido; outros desenvolvem de modo mais sistemático procedimentos de controle, em particular durante o tratamento.

O encadeamento mais habitual dos métodos de vocação exploratória é o seguinte:

Observação → Entrevista → Questionário

Mas cada método de coleta e de tratamento da informação deve ele próprio, para ser aprofundado, evoluir de um pólo mais exploratório a um objetivo final de verificação.

• Tipos e tipologias — Comparar é, num primeiro momento, distinguir e separar. "Constatar" semelhanças e diferenças, agrupar elementos em razão de seus caracteres comuns ao distingui-los de outros cujos caracteres diferem, é constituir

tipos (tipos sociais de comportamentos, de representações, de situações, de condições). Mas só há semelhanças e diferenças em razão do ponto de vista assumido com relação ao objeto, e falar de "constatação" não deve levar a esquecer que o ponto de vista cria o objeto. Explicitar os pontos de vista, divulgar as hipóteses sobre o que se assemelha ou difere é construir uma tipologia. Esse termo é associado à sociologia weberiana com acepções específicas. Nós o utilizamos aqui para designar a explicitação dos pontos de vista assumidos sobre o objeto (quer sejam questões de escolha ou de necessidade, de teoria ou de prática), na medida em que esclarecem os princípios de constituição dos tipos sociais. É a partir desses pontos de vista que se elabora a imputação causal sobre a forma e a natureza das ligações que fundam as semelhanças e as diferenças.

A primeira parte deste livro ("Descoberta e coleta dos dados") apresentará os métodos mais exploratórios, e a segunda, os métodos de tratamento dos dados ("O tratamento: análise e síntese"). Esse esquema de aparência cronológica não deve mascarar — seremos levados a recordá-lo — a importância dos objetivos de tratamento comparativo na aplicação dos métodos exploratórios e a das fases exploratórias nos métodos de tratamento. É tão-somente no momento de concluir que se há a possibilidade de se abrirem pistas, de aparecerem hipóteses. O processo é contínuo. E não é sem razão que se recomenda, numa pesquisa, numa dissertação, numa tese, esperar que a conclusão seja redigida para dar uma última mão à parte introdutória.

Um anexo apresenta alguns elementos de estatísticas a serem recordados.

Allen

Primeira Parte

DESCOBERTA E COLETA DOS DADOS

cada município, também hierarquicamente ordenados de acordo com o critério de riqueza mencionado.

O passo final é sortear os setores censitários dentro de cada região geográfica de amostragem, o que se faz por meio de um pulo. Por exemplo, se em uma região de amostragem for necessário sortear 12 setores censitários e nessa região houver um total de 2.357 setores, então o pulo será de 196. A cada 196 setores, escolhe-se um. O primeiro da lista (aquele que dá início aos pulos) é escolhido por sorteio, mediante, por exemplo, uma tabela de geração de números aleatórios.

Sorteados os setores censitários, a etapa seguinte é sortear os domicílios, o que se realiza no campo. O procedimento é o seguinte: vai-se ao setor sorteado para contar e enumerar os domicílios, sorteia-se o primeiro número (também aleatoriamente) e, em seguida, define-se o tamanho do pulo para sortear os demais domicílios. Se for preciso sortear 17 domicílios e o setor tiver, no total, 340 domicílios, o pulo terá que ser de 20. Escolhe-se, então, um domicílio a cada 20, a partir do primeiro sorteado.

Após o sorteio dos domicílios é necessário sortear a pessoa a ser entrevistada. São vários os procedimentos para isso, mas em todos eles é preciso primeiro listar os adultos residentes naquele domicílio para depois sortear. Isso pode ser feito atribuindo um número a cada adulto e gerando um número aleatório. Outro procedimento, mais fácil de realizar no campo, e que foi utilizado na pesquisa sobre relações raciais, é anotar a data de nascimento de cada pessoa adulta (apenas dia e mês) e sortear aquela que tiver a data mais próxima — contando-se para frente ou para trás do ano (a direção não importa, contanto que o critério seja o mesmo para todos os sorteios) — do dia de início da pesquisa. A pessoa sorteada é a que deve ser entrevistada. Se ela não estiver em casa no dia do sorteio, é necessário fazer novas visitas até encontrá-la.

Como se pode notar no passo a passo da amostra por cotas e da amostra probabilística, essas duas modalidades de amostra diferem bastante. As amostras por cotas são mais simples, de tecnologia mais fácil e, por estarem associadas a pesquisas feitas na rua, resultam em pesquisas bem mais baratas. As amostras probabilísticas resultam em pesquisas mais caras, mas são as únicas que encontram sustentação teórica na literatura estatística. Isso não quer dizer que as amostras por cotas não sejam científicas e, sim, que

sua sustentação científica é apenas empírica. Já a amostra probabilística tem sustentação teórica e empírica.

O que ler sobre os assuntos tratados neste capítulo

Apenas duas das referências a seguir tratam especificamente de amostragem. As demais tratam de pesquisas de opinião de um modo geral, sendo a amostragem apenas um dos itens.

- Babbie, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- Doyle, Arthur Conan. *O signo dos quatro*. Porto Alegre, LP&M, 1999.
- Fowler Jr., Floyd J. *Survey research methods*. London, Sage, 1993.
- Henry, Gary T. *Practical sampling*. London, Sage, 1993.
- Silva, Nilza Nunes. *Amostragem probabilística*. São Paulo, Edusp, 1998.
- Sudman, S. *Reducing the costs of surveys*. Chicago, Aldine, 1967.
- Worcester, Robert M. *British public opinion*. Oxford, Blackwell, 1991.

Existem outros livros e artigos mais especializados sobre o assunto, com argumentos baseados na teoria estatística, mas não apresento essas referências porque fogem ao escopo deste livro.